

Eleições de 2026

Ensaio de interpretação

ENSAIO GERAL

FOLHETOS POPULARES E ACADÊMICOS

RODNEY DA SILVA AMADOR

n. 3 2026



Desistir, afinal, é a única forma de derrota.

Rodney da Silva Amador

Eleições de 2026

Ensaio de interpretação

ENSAIO GERAL · n.º 3

São Paulo, 2026

Este ensaio foi escrito entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2026 e fechado em 24 de outubro de 2026, sábado que antecede a votação. A revisão editorial partiu do original do autor, sem alteração de argumento.

Editor: Caetano Lagrasta Neto

Conselho Editorial: Rodney da Silva Amador

Projeto gráfico e curadoria: Adriana Aneli

Curadoria e revisão: Marina Bozzetto, Adriana Elisa Bozzetto

© 2026 Rodney da Silva Amador.

Autorizada a reprodução, desde que citada a fonte.

INTRODUÇÃO

O presente texto foi escrito no calor dos acontecimentos. Reconheço que sua entrega acabou demorando mais do que devia. Pudera: estávamos mais do que ocupados com o que a crônica política atual – e, por que não?, as redes sociais – vem chamando de Psicose Política. O termo, sintético, roubado da psicologia, traduz um sentimento cada vez mais presente e abundante nos dias que vivemos: dificilmente conseguimos pensar em alguma outra coisa que não seja política. O sentimento contrasta sobremaneira com a sensação de tédio e ansiedade que marcou o primeiro turno.

Profissionalmente, não pude deixar de acompanhar política. Nos últimos dez anos, essa tem sido a minha vida, seja academicamente, seja nos variados trabalhos que desenvolvi – de docência a relações governamentais. Mais especificamente, nos últimos meses, estive debruçado sobre pesquisas de intenção de voto, *trackings* e grupos focais. Em determinado momento, tudo o que eu queria era, literalmente, me afastar de tudo o que fosse política. Vi pouco noticiário, li poucas análises, não compareci a manifestações. Até de romances com ar político procurei me afastar. Política desgasta. Política cansa.

Às vésperas do segundo turno, no entanto, a sensação é absolutamente outra. Por quê? Essa talvez seja a pergunta mais importante a responder com este ensaio. Aconteceu algo de sinistro no primeiro turno, que fez com que mudássemos totalmente nossas preocupações e nossas rotinas para nos reengajarmos na atividade política. E diversas métricas têm deixado evidente que, se muitas pessoas estavam, como eu, apáticas ou distantes, agora não estão mais.

Este ensaio organiza algumas ideias sobre o que já temos de resultado, pensando em primeiro lugar no primeiro turno, especialmente no que aconteceu com o Congresso e com a relação entre os Poderes. O que podemos projetar para o futuro, a partir do resultado das urnas? Quem perdeu mais, quem ganhou mais? É claro que

boa parte destas perguntas só será efetivamente respondida após o segundo turno (no momento de divulgação deste texto, estaremos no sábado que antecede a votação). Ao contrário do que muitos têm defendido, a posição do presidente, mesmo com um Congresso hostil, é decisiva para a continuidade de muitas políticas públicas. No Brasil, o Executivo é forte: há uma série de decisões que são tomadas no âmbito dos ministérios, na escrita do Orçamento, e, por mais que o Congresso seja um espaço decisivo – eu diria, cada vez mais decisivo, como irei desenvolver mais à frente –, a prerrogativa continua sendo do presidente. Portanto, a eleição de Lula, por mais que configure o famoso cenário de “governo dividido”, representará um espaço importantíssimo no sistema de pesos e contrapesos de que carece qualquer República, dentro do ordenamento constitucional definido em 1988.

Este ponto, inclusive, não é trivial e representa hoje uma revisão importante das teorias que consolidaram a interpretação institucionalista da política brasileira. Crescemos e fomos educados na Nova República sob a luz do chamado presidencialismo de coalizão. E as teorias institucionalistas, em sua grande maioria, estão preocupadas com o tema da estabilidade. Historicamente, o institucionalismo se desenvolveu aqui como uma explicação capaz de mostrar ao mundo que o Brasil funcionava e poderia funcionar, apesar de todos os pesares. Com o início da descompressão do regime militar – a abertura que a ditadura passou a permitir, ainda que de forma muito limitada, no começo dos anos 1980 –, começam a surgir e a ganhar força as primeiras análises ditas institucionalistas da política brasileira, em contraste com as análises de caráter marcadamente mais sociológico dos anos anteriores. Depois, com a redemocratização e a nova Constituição da República, em 1988, vê-se surgir toda uma literatura brasilianista (ou seja, elaborada por pesquisadores estrangeiros) sobre as possibilidades de o Brasil se estabelecer como uma democracia liberal. E o diagnóstico era arrasador para nós: nossas instituições não tinham condições de funcionar. Havíamos escolhido o pior arranjo, a pior forma de organizar as coisas, e nosso destino parecia selado: crise institucional e paralisia decisória.

Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, já tínhamos evidência suficiente para dizer que as coisas funcionavam. Não estávamos fadados ao fracasso, institucionalmente falando. E todas as teorias indicavam isso: havia espaço para estabilidade, havia espaço para arranjos institucionais que permitiriam o afastamento das crises e a possibilidade de um governo que governasse efetivamente. O ano de 2002 foi nosso ápice, a apoteose da política institucional: uma troca pacífica de comando do Executivo, na qual o partido derrotado entregava a faixa ao partido democraticamente eleito. Lula, inclusive, manteve a organização das relações estabelecida por FHC: a formação de uma maioria parlamentar que garantisse a aprovação de sua agenda. Havíamos atingido a estabilidade.

Dentro desta teoria, portanto, a vitória de Lula em 2026 seria algo extremamente temerário. Que estabilidade teríamos num cenário no qual a expectativa é que o presidente não tenha condições de fazer maioria no Congresso? É curioso que justamente agora surja, na fala de políticos e até de pesquisadores (eu incluso), uma defesa da eleição de Lula em nome de uma política de pesos e contrapesos. O termo, por assim dizer, surge num clássico da política – leitura obrigatória em nossas faculdades – chamado *Os Artigos Federalistas*, uma coletânea de textos de três dos chamados Pais Fundadores da República dos Estados Unidos: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. Ali, a defesa era justamente de que o Executivo e o Legislativo, somados ao Judiciário, pudessem se contrapor uns aos outros para garantir que um lado não fosse mais poderoso que o outro.

Como desenvolve Richard Hofstadter em um clássico que, até onde sei, nunca foi traduzido para o português, *The Idea of a Party System* (HOFSTADTER, 1969), à época ninguém imaginava que os Poderes pudessem atuar em harmonia: ao contrário, a desarmonia era a regra, e a ideia dos pesos e contrapesos era que, se um pudesse vetar o outro, haveria equilíbrio. Nenhum dos Poderes poderia se impor, porque precisaria justamente do outro Poder, que lhe era hostil. Ninguém imaginava, naquela época, que outra instituição poderia criar laços de vínculo entre os Poderes, que poderia haver dentro do Executivo alguém absolutamente disposto a atuar com o

Legislativo por se identificar com este. Faltava, entre os precursores da ideia de pesos e contrapesos, a figura do partido político. O partido, presente no Legislativo e no Executivo – e, no caso dos Estados Unidos, também no Judiciário –, poderia ultrapassar os pesos e contrapesos, legando a um grupo político uma capacidade enorme de impor desmesuradamente sua política, sem qualquer limite.

Toda essa elucubração teórica só serve para uma coisa: é necessário que recalibremos as armas de nossas críticas. O que vai emergir das eleições de 2026 exigirá que repensemos muitas coisas – e entre essas coisas está a forma como pensamos política. A título de exemplo, já temos algumas revisões importantes. Por décadas, a quantidade de partidos no Brasil foi encarada como um entrave para a nossa estabilidade. Tínhamos partidos efetivos demais, diziam os brasilianistas profetas do fim do mundo a que me referi anteriormente. Hoje, por incrível que pareça, talvez essa fragmentação tenha contribuído para que forças de extrema direita não capturassem totalmente a política até agora (cf. RICCI, IZUMI e MOREIRA, 2021). Novamente comparando com o caso estadunidense: se Donald Trump conseguiu acumular tanto poder, uma das explicações está justamente na incapacidade de alguém se impor a ele dentro do Partido Republicano, que ele dominou totalmente. Se não há opção política para a direita fora dos Republicanos, as únicas saídas possíveis são tornar-se trumpista ou cair fora da política – algo que efetivamente ocorreu com uma série de políticos tradicionais da direita dos EUA, como Mitt Romney e Liz Cheney. Aqui, havia vida fora do bolsonarismo: os políticos podiam se acomodar em qualquer outro dos partidos efetivos de direita e se manter lá.

Porém, desde 2016, estamos numa luta pela diminuição do número de partidos. Claro que reformas como a da cláusula de barreira têm pressionado pela descontinuidade de partidos menores; mas, mais do que isso, o bolsonarismo tem agido sobre os partidos brasileiros tanto quanto o trumpismo agiu sobre o Partido Republicano. Para a direita, engolida pela polarização, está cada vez mais difícil existir fora do bolsonarismo. E talvez vejamos, após as eleições, a formação de uma supermaioria bolsonarista, com ou sem

um Bolsonaro no Executivo. Chegou a hora de nos questionarmos: essa estabilidade é boa para a democracia? Acaso esse é o país que queremos, para não termos crises? Quero me posicionar desde já: não podemos compor com eles! Se a estabilidade disponível é antidemocrática, devemos abraçar a crise para defender a democracia. Este ensaio é sobre isso.

2

QUAL É O CONGRESSO QUE EMERGE DAS URNAS EM 2026?

O primeiro ponto, e o mais importante, é que o bolsonarismo nunca esteve tão bem representado no Congresso brasileiro. O crescimento do PL foi arrasador: se em 2022 já se consolidava como uma das maiores bancadas da história, com 99 deputados eleitos, em 2026 chega a 121, um aumento de 22 cadeiras. Trata-se da maior bancada eleita para a Câmara desde a Constituição de 1988, superando valores atingidos anteriormente pelo MDB e pelo próprio PT – há que se lembrar que, em 2002, quando Lula se elegeu pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores era a maior bancada da Câmara.

Somando o apoio já declarado pelos partidos, no segundo turno, à candidatura de Flávio Bolsonaro, e refletindo esse apoio no Congresso, uma possível coalizão do senador carioca teria algo como 270 deputados em sua base. E olha que estou sendo conservador nessa análise, juntando deputados apenas do União Brasil, do PP, do Novo, do Podemos e de uma parte do MDB, já que apenas 16 dos 27 diretórios decidiram apoiar Flávio. Estamos falando de um contingente que já teria maioria simples na Câmara (270 representariam 52,6% dos deputados). Isso já dá quórum para a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias, projetos de resolução e decretos legislativos, requerimentos e moções de comissões. Ficariam de fora apenas as matérias de caráter constitucional, que exigem maioria qualificada de três quintos da Casa, isto é, 308 deputados.

Considerando apenas os partidos de esquerda e, novamente, sendo conservador, estamos falando de uma bancada de 124 deputados – menos que os dois quintos (206) necessários para barrar uma emenda à Constituição. Isso significa que a esquerda, sozinha, não é capaz de barrar a aprovação de matérias constitucionais na Câmara, mesmo que todos os partidos que não declararam voto em Flávio permaneçam fora de uma eventual coalizão.

No Senado, a situação é ainda mais complexa: o PL tornou-se, de forma isolada, a maior bancada da Casa revisora. O partido terá 28 senadores a partir de 2027, quase dobrando o tamanho da bancada que tinha após a eleição de 2022. Para se ter uma ideia, a segunda maior bancada será a do PT, com 9 senadores – 19 a menos. Fazendo o mesmo exercício realizado com a Câmara, levando em consideração os apoios já declarados neste segundo turno, Flávio Bolsonaro contaria com uma base de 51 senadores, cerca de 63% da Casa. Novamente, o senador carioca teria tanto maioria simples quanto, virtualmente, a maioria qualificada de três quintos (49 senadores), dado que a esquerda, sozinha, também não teria condições de barrar mudanças que exigissem quórum maior.

Portanto, quando se diz que a extrema direita terá, de fato, o Congresso, não é exagero. A base parlamentar que Flávio teria é absolutamente confortável. Numa eventual vitória de Lula, é só fazer o raciocínio ao contrário: que possibilidade teria o governo de formar uma maioria para aprovar sua agenda num cenário assim? Estamos, na verdade, próximos do cenário descrito por Juan Linz, cientista político espanhol cujas críticas ao presidencialismo (LINZ, 1990) alimentaram as fileiras dos brasilianistas dos anos 1980 e 1990: já que elegemos o chefe do Executivo por fora do Legislativo, em eleições separadas, e não em eleição conjunta, como seria num modelo parlamentarista, é possível eleger um presidente avesso ao Congresso, o que levaria o país a uma situação bastante caótica. Se Lula ganhar, terá a base mais hostil que já teve em qualquer de seus mandatos. Se Flávio ganhar, terá uma base de apoio das mais sólidas que a Nova República já viu.

O PASSADO E O FUTURO DO CENTRÃO

Mas cabe perguntar, antes de pensar no futuro, quem foram de fato os derrotados nessa eleição parlamentar. Num primeiro momento, ao pensar em termos de correlação de forças (e considerando que Lula ainda pode se eleger), parece que a esquerda foi a grande derrotada. Num mundo bipolar, legado a nós pelo aumento da polarização entre petismo e bolsonarismo – nossa própria *grieta*, como dizem os argentinos –, se um lado ganha, o outro perde. O crescimento do bolsonarismo teria se dado, no embate com o petismo, à custa da perda de terreno deste. No entanto, quando se olha para o Congresso ao longo dos últimos trinta anos, fica evidente que nunca tivemos um arranjo bipolar. Havia, e continuam a existir, três polos que organizam a vida política brasileira: o petismo, o antipetismo e o que nos acostumamos a chamar de Centrão.

De acordo com André Singer, no livro *O lulismo em crise* (SINGER, 2018), o arranjo tripartite do nosso Congresso – e da nossa política, de um modo geral – é bem antigo. Remonta à primeira experiência democrática brasileira, que vai de 1946 a 1964. Também lá, argumenta Singer, havia um esquema de três campos políticos: um progressista, ligado a pautas de esquerda e populares e liderado no Congresso pelo PTB; outro, conservador e defensor de pautas liberais na economia, liderado pela UDN; e, por fim, um terceiro elemento, composto por políticos cuja força vinha dos interiores do Brasil, de eleitorados regionais, não necessariamente conservadores nem progressistas, e que estavam havia muito tempo incrustados no Estado, liderados no Congresso pelo PSD. O leitor já deve imaginar qual deles era o bloco mais numeroso e mais poderoso. Acertou quem disse o PSD, o partido das raposas e dos coronéis, nosso primeiro Centrão.

Singer defende que o PSD funcionava como uma espécie de pêndulo sobre o qual repousava a estabilidade do regime. Enquanto

durou a bem estabelecida coalizão entre PSD e PTB, na sua interpretação, o regime foi estável e aprovou uma série de políticas progressistas; quando o PSD deixou o PTB de lado e passou a compor com a UDN, o regime ruiu. É claro que diversas críticas podem ser feitas a esta tese. Na verdade, durante muito tempo, PSD e UDN compunham a verdadeira polarização nacional, sendo o PTB uma força menor que, inclusive, chegou a se aliar à UDN em diversas localidades. O argumento do professor, no entanto, ganha força na comparação com a situação atual. Singer continua desenvolvendo sua tese ao comparar os três partidos da República de 1946 com a situação dos anos 2000-2010: também tínhamos três polos – o PT, fazendo as vezes do PTB; o PSDB, as da UDN; e o PMDB, as do PSD.

Campo progressista, campo conservador e centro. Não é por acaso que, antes de reabilitarmos o termo “Centrão” – que apareceu originalmente durante a Assembleia Constituinte –, costumávamos caracterizar esse terceiro polo com o nome de peemedebismo. É assim que outro importante intérprete do período, Marcos Nobre, chama esta entidade (voltaremos ao argumento de Nobre mais à frente). O PMDB era o novo fiel da balança: se pendesse para o lado do PT, como pendeu entre 2004 e 2016, o regime se mantinha estável e políticas progressistas eram, bem ou mal, aprovadas. Quando o PMDB deixou a coalizão e passou a apoiar o PSDB contra o PT, o resultado foi, novamente, um rompimento do regime, na forma do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

De lá para cá, esse ente que compõe o sistema junto com o campo progressista e o campo conservador passou por uma série de metamorfoses – ou adaptações, se preferirmos um léxico evolucionista. Não faz mais sentido chamá-lo apenas de PMDB, pois o MDB atual nem é o maior sócio desse grupo, ficando atrás de partidos como o União Brasil, o PP e o Republicanos. O Centrão de hoje é mais complexo do que o PMDB e o PSD foram, primeiro porque é mais fragmentado. PMDB e PSD experimentaram grandes momentos de fragmentação interna. Na verdade, houve quem – especialmente no caso do PSD – nem ousasse classificar a agremiação como *partido*,

propriamente dito, dada a brutalidade das divisões internas. Mas, querendo ou não, tratava-se de uma única agremiação, organizada em nível nacional, reunida sob um diretório que, por mais diverso e conflituoso que fosse, era um só.

O Centrão, por definição, tem vários diretórios: é composto por vários partidos e existe muito mais como categoria analítica do que como grupo político na prática. Não há um fórum onde o Centrão se reúna para definir acordos, fora o Colégio de Líderes, no qual seus partidos são maioria, e as prováveis reuniões secretas de lideranças partidárias. A respeito disso, inclusive, Cicero Araujo e Leonardo Belinelli (ARAÚJO e BELINELLI, 2022, p. 176) defendem um argumento muito pertinente: se há algo que avançou sobremaneira durante a Nova República foi o que se pode denominar “Câmara Invisível”, definida como “uma instância de funcionamento regular, mas não oficial, de barganhas e tomadas de decisão, que emergia na sombra das instâncias oficiais”. Dos três entes citados aqui a partir da definição de André Singer, o Centrão é o mais opaco: PSD e PMDB podiam publicar notas e programas partidários; o Centrão nem isso tem.

Isso se reflete diretamente na forma como este Centrão se relaciona com os outros polos da política brasileira (hoje, o petismo e o bolsonarismo). E a crônica do terceiro mandato de Lula apresenta um cenário bem complicado, que se estabeleceu ainda antes de o presidente petista tomar posse novamente. Quando definiu seus ministérios e os apresentou ao Brasil – no mesmo dia em que seríamos derrotados pela Croácia na Copa do Mundo de 2022 –, Lula esboçou uma coalizão majoritária. Ela contaria com PSB, PDT, PSD, MDB e União Brasil, todos partidos relevantes no Congresso e que teriam ministérios na Esplanada. Caso Lula de fato pudesse contar com os parlamentares desses partidos, teria pelo menos 268 deputados (contando também partidos de esquerda como PSOL, Rede, PCdoB e PV) e 51 senadores. Uma posição tão confortável quanto a que um possível governo Flávio Bolsonaro teria, considerando os partidos que agora declararam apoio à sua candidatura, no cálculo

feito acima. Lula teria tido um governo bem mais tranquilo do que de fato teve. Mas, então, o que aconteceu?

Em primeiro lugar, como todos sabem, esse apoio nunca veio de fato – e Lula passou a maior parte de seu terceiro mandato podendo contar apenas com a esquerda, num governo claramente minoritário no Congresso. É importante destacar que o critério para ser considerado parte da coalizão não é apenas ter ministério no governo. Pelo critério estabelecido por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi no clássico *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional* (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999), para além dos ministérios, o apoio do partido deve ser declarado, oficializado por suas lideranças.

Isso nunca aconteceu. Gilberto Kassab, presidente e cacique maior do PSD, declarou que os ministros eram indicações pessoais de Lula, e não do partido; Luciano Bivar, então presidente do União Brasil, tentou se declarar da base, mas sofreu uma represália (que inclusive terminou numa acusação de incêndio criminoso) da ala do partido que havia vindo do antigo Democratas; Baleia Rossi, presidente do MDB, o último dos grandes partidos de centro da coalizão, declarou que faria uma consulta para aderir ou não. Ou seja, dos três grandes partidos do dito Centrão que se aproximaram do governo, nenhum cumpriria de fato o critério para ser considerado membro da coalizão. Somam-se a esses partidos o Republicanos e o PP, que tiveram, ao longo do governo Lula, uma postura bastante dúbia, entre a indicação de ministros – como Sílvio Costa Filho e André Fufuca – e a franca oposição. Nos estertores do governo, já no final do mandato, o União Brasil chegou a determinar a expulsão dos filiados que continuassem como ministros, chegando às vias de fato com Celso Sabino, ministro do Turismo.

Porém, o que mais chama a atenção é a atuação desses partidos na prática. Em primeiro lugar, há uma diferença entre Câmara e Senado. Na Câmara, a proporção de parlamentares desses partidos hostis ao governo foi, ao longo de todo o mandato, maior do que no Senado. No Senado, nomes como Otto Alencar e Omar Aziz, do PSD, e Renan Calheiros e Eduardo Braga, do MDB (todos, não por acaso, membros da CPI da Covid), aproximaram-se muito do

governo, com Alencar ocupando, inclusive, a posição de líder do governo na Casa, numa breve ausência do senador Jaques Wagner. Eliziane Gama, então no PSD, migrou para o PT e foi candidata por ele pelo Maranhão (não foi reeleita).

Parecia que o Centrão, que tendemos a entender de forma monolítica, estava na verdade cindido, indeciso entre estar ou não no governo. De um lado, próximo ao governo, figuras como o senador Davi Alcolumbre, do União Brasil, apontado como o principal responsável pelas indicações de cargos nos ministérios. De outro, nomes como o senador Ciro Nogueira, do PP, que desde o primeiro dia afirmou publicamente seu desejo de fazer oposição ao governo. Esses personagens, inclusive, passaram a protagonizar questões altamente polêmicas: Alcolumbre, apesar da proximidade com o governo, esteve por trás da primeira derrota, em mais de 120 anos, de uma indicação presidencial para o STF no Senado; Nogueira, apesar da oposição e da vitória desta no Senado, não foi reeleito após a revelação de seu envolvimento com o caso do Banco Master e com Daniel Vorcaro. Mas ambos, insisto, representam a ambiguidade que o Centrão assumiu no governo Lula. Tanto que Alcolumbre e mesmo o deputado Arthur Lira – ex-presidente da Câmara, colega de partido de Nogueira e outro nome apontado como “maispositor” ao governo – reclamavam que Lula às vezes atacava o Congresso quando este “estava entregando os votos que o governo pedia”.

Estavam? As métricas divergem. Se levarmos em consideração o Radar do Governismo (que mede o quanto os parlamentares votam conforme a orientação do governo), elaborado pelo *Congresso em Foco*, entre março de 2023 e janeiro de 2026 Lula teve um índice médio de 72% na Câmara e 76% no Senado. Ou seja, ao longo de quase todo o mandato, Lula teria quase três quartos de apoio na Câmara e no Senado, um cenário mais do que confortável. Um índice mais rigoroso, o de Sucesso do Executivo, elaborado pelo Observatório do Legislativo Brasileiro, indica uma média de 0,322 para o terceiro mandato de Lula, abaixo da média do segundo mandato (0,441) e quase a metade da do primeiro (0,648). Essas divergências não acontecem por acaso. Para mim, representam a dificuldade que

nossos instrumentos de análise têm encontrado para explicar a política atual. Precisamos de novas métricas, precisamos rever a forma como entendemos certos pontos da política institucional. E, mais do que nunca, precisaremos pensar a política para além das instituições.

O fato é que o governo sofreu derrotas sérias ao longo destes quatro anos e teve que contar com partidos que entregavam índices de apoio bem abaixo da média encontrada pelo *Congresso em Foco*. Num levantamento realizado ainda em 2023 pelo jornal *O Globo*, encontramos a seguinte relação: no ano, o PSD havia votado com o governo em 72,4% das vezes na Câmara; o MDB, em 69%; o União Brasil, em 54,4%; o Republicanos, em 58,8%; o PP, em 56,4%. Existe uma extensa literatura sobre disciplina partidária, e alguns autores insistem que a disciplina acaba sendo mais importante para alguns partidos do que para outros. Porém, a pergunta que fica é: então, por que insistir nesses partidos? Por que mantê-los nos ministérios, entregando recursos preciosos a grupos que não correspondem? A explicação, para mim, está justamente nessa cisão que comentei: Lula não podia prescindir do apoio que vinha de uma parcela do Centrão, sob o risco de se fragilizar ainda mais. Era necessário contar com figuras como Davi Alcolumbre à frente do Senado para conter, mesmo que temporariamente, matérias que poderiam ser absolutamente danosas ao governo – como a chamada PEC da Anistia. Essa foi a tônica do governo Lula III, e explica parte da situação que se vê ao fim destas eleições.

Porém, a pergunta mais importante agora é como esse Centrão cindido saiu das eleições para o Congresso. E a resposta é que foi, de longe, o polo mais prejudicado. Na Câmara, curiosamente, o lado do Centrão mais prejudicado foi o que mais se afastou do governo: o União Brasil perdeu 13 cadeiras; o MDB, 6; o PP, outras 6. Entre os deputados, somente PSD e Republicanos mantiveram suas bancadas intactas (o PSD ainda acrescentou um deputado aos 42 que já tinha). No Senado, a situação se inverte: quem mais perdeu foi o Centrão que mais havia se aproximado do governo. Em relação à bancada eleita em 2022, a situação mais aterradora é a do PSD, que perdeu 10 senadores, passando de maior bancada da Casa a uma

bancada mediana; o União Brasil perdeu 3 e o MDB, 2 (um deles o próprio Renan Calheiros, depois de mais de 30 anos no Senado). O Republicanos ganhou 1 senador, e o PP ficou no zero a zero (entra Arthur Lira, sai Ciro Nogueira).

À guisa de hipótese, proporia que, na Câmara, o Centrão foi capturado pelo bolsonarismo. Os partidos de direita da Casa, que mais se afastaram do governo, devem ter feito o cálculo que hoje a direita do mundo todo está fazendo: sobreviver ou desaparecer? E sobreviver é aderir à radicalidade da extrema direita, representada no Brasil pelo bolsonarismo. No Senado, no entanto, a hipótese poderia ser outra: lá o Centrão foi punido por estar muito próximo ao governo e por ter sido, em alguma medida, o lugar onde as “grades de proteção da democracia”, para citar Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018), mais tiveram que agir. E aí, para operacionalizar essa hipótese, há que se pensar, de um lado, no fato de que se trata de uma eleição majoritária dentro dos estados (e não proporcional, como na Câmara) e, de outro, nas reiteradas falas da oposição bolsonarista de que precisava ganhar o Senado. Ganhou, em boa medida.

Ainda é cedo para avaliar como será o futuro neste aspecto. Como disse anteriormente, este texto está sendo escrito às vésperas do segundo turno de 2026. Mas há que se pensar o que acontecerá com o Centrão. Marcos Nobre defendia que o que ele chama de peemedebismo foi, ao longo das duas últimas décadas, o polo responsável por servir de veto a políticas radicais (NOBRE, 2013). Ou seja, não era a oposição que segurava o andamento das políticas sociais propostas pelo governo, mas o “ente do meio”, o fiel da balança, o campo político dos interiores, dos coronéis e das raposas. Um grupo que está governando o Brasil há muito tempo (e com o qual muitos dos nossos parlamentares têm relações, literalmente, filiais). O que acontecerá com este grupo? Caso Lula ganhe, minha leitura é que permanecerá cindido. Caso Flávio ganhe, talvez o grupo tenha a possibilidade de se reunificar, congregando os que querem estar dentro do Estado independentemente de quem o ocupe e os que, ao longo do governo Lula III, estiveram na oposição.

O TERCEIRO ELEMENTO DO ESTADO, O JUDICIÁRIO

O fato de que o próximo presidente poderá indicar quatro novos ministros ao STF já mostra o quanto as eleições de 2026 impactarão o Poder Judiciário. Caso Flávio Bolsonaro ganhe – e contando com os ministros que seu pai indicou anteriormente, André Mendonça e Kássio Nunes Marques –, é possível dizer que haverá na Corte uma maioria indicada pelo bolsonarismo. Caso Lula ganhe, ocorreria o mesmo: haveria na Corte uma maioria indicada por ele. Mas o que isso de fato significa?

Desde os anos 1950, pelo menos, os analistas e cientistas políticos têm clareza de que as supremas cortes não têm caráter puramente jurídico (DAHL, 2009 [1957]). Ao julgar e realizar o chamado controle de constitucionalidade – de forma muito resumida, dizer o que, nas ações políticas, está ou não de acordo com a Constituição –, as supremas cortes tomam decisões evidentemente políticas, e o STF não é exceção. No texto citado, inclusive, ao estudar a Suprema Corte dos Estados Unidos, Robert Dahl defende que, no final, as decisões jurídicas ali emitidas acabam por se coadunar com o governo, especialmente com o que é decidido pelo Executivo.

Porém, nos Estados Unidos há algo que, até então, não tínhamos aqui de forma tão clara: lá, as escolhas para o cargo de *justice* são abertamente politizadas. Os presidentes escolhem a dedo quem querem, e o escolhido não esconde sua simpatia pelo campo político do presidente, a ponto de ser possível saber de antemão o que será decidido em muitas oportunidades – “há maioria liberal na Corte, indicada pelos Democratas” ou “há maioria conservadora na Corte, indicada pelos Republicanos”. Atualmente, por exemplo, a Suprema Corte tem maioria conservadora. Muito, inclusive, devido a manobras dos Republicanos de Trump no Congresso, que limitaram a escolha dos Democratas quando uma oportunidade se abriu com a morte da juíza Ruth Bader Ginsburg (lá, os ministros só saem

da Corte mortos). Outro ponto importante é que lá, diferentemente do Brasil, a recusa da indicação presidencial pelo Senado é muito mais comum. Se tivemos um acontecimento histórico com a recusa de Jorge Messias, ocorrida este ano, nos Estados Unidos isso não seria tão histórico: há uma longa lista de nomes que, como ele, foram recusados pelo Senado.

Curiosamente, no entanto, não é essa a visão que os campos políticos têm da Suprema Corte brasileira. Os petistas acusam o STF de ter forçado a barra para aceitar as denúncias enviadas contra o PT nos julgamentos do Mensalão e da Lava Jato; os bolsonaristas, por sua vez, acusam a Corte de ter feito o mesmo no julgamento da tentativa de golpe e dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O fato é que, em matéria penal, o STF acabou por não manter lealdades tão evidentes: integrantes do PT foram condenados, e Lula foi mantido preso, por uma Corte com maioria indicada durante os governos petistas; Bolsonaro, ainda que não tenha sido condenado por uma Corte com maioria de indicações suas, teve como relator do seu caso o ministro Alexandre de Moraes, que não fora indicado por Lula nem pelo PT.

Estaria essa situação em vias de mudar? Quem assistiu à sessão plenária do dia 15 de setembro de 2026, quando as campanhas eleitorais já estavam a pleno vapor, poderia dizer que sim. Em primeiro lugar, a sessão foi marcada extraordinariamente para a Corte decidir sobre si mesma, após a divulgação de informações de que diversos ministros estariam envolvidos nos conchavos de Daniel Vercaro. O escândalo do Banco Master revelou que as redes de influência do banqueiro, que atualmente se encontra preso, alcançam níveis até agora não vistos em outros casos: Vercaro estava dentro dos três Poderes, vendendo favores e, segundo reportagens, financiando uma rede de prostituição que recrutava refugiadas do Leste Europeu para festas frequentadas por autoridades, além de estabelecer contatos com juízes, senadores, deputados, secretários, jornalistas etc. No meio dessa teia encontram-se ministros como Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Kássio Nunes Marques – este último ocupando também a presidência do TSE. Para se ter uma

ideia da situação, a sessão foi marcada pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, para decidir como a Corte apuraria as denúncias sobre Alexandre de Moraes e André Mendonça, sendo que este era, até então, o relator do caso. Claro que a sessão foi um show de horrores, com ministros acusando-se mutuamente.

A sessão contrasta com a visão que se tinha do STF pouco tempo antes. Havia ficado para trás a época na qual se dizia que a Corte era composta por onze ilhas que não se comunicavam. Desde 2018, as demonstrações haviam sido no sentido oposto: uma Corte coesa, ciente de sua posição e do caráter político de suas decisões, e este parecia ser, para grande parte dos analistas, o novo *modus operandi* de um Poder conhecido pela divergência. As revelações mudaram o cenário. Hoje, a sensação é de que a Corte está cindida, tanto quanto a Suprema Corte estadunidense. Porém, a divisão não é clara e politicamente qualificada como lá: se há uma cisão no STF, ela até pode começar na divergência política, mas ganha corpo mesmo nas disputas internas da própria Corte. Durante a sessão, ministros como Gilmar Mendes e o próprio Alexandre de Moraes acusaram André Mendonça de fazer uma apresentação seletiva das mensagens de Vorcaro envolvendo ministros. Na fala de Gilmar Mendes, “até a máfia” teria mais ética que André Mendonça, o que não deixa de suscitar análises: o pacto que o então relator teria rompido estaria ligado a uma ética da Corte que, por óbvio, não esperava que um ministro denunciasse outro e trouxesse a briga para a praça pública.

Num cenário em que desconfiamos dos ministros e os ministros desconfiam uns dos outros, é difícil prever o que acontecerá após as eleições. Dado que o novo presidente poderá praticamente recompor a Corte, há um cenário possível de conciliação: haverá quatro novos nomes, indicados por um lado ou pelo outro da disputa política brasileira, então é melhor recompor e, se for o caso, isolar quem não estiver com a maioria. Em acréscimo, acredito que uma presidência de Flávio Bolsonaro facilitaria a indicação dos novos nomes para a Corte, dado o conforto que a eleição trouxe ao PL no Senado. Certamente o partido indicará o presidente da CCJ, que é quem agenda e conduz a sabatina. Num eventual governo Lula, o cenário

seria bem mais delicado – justamente porque também espero uma presidência do PL na CCJ.

Outro ponto diz respeito a um julgamento que está na Corte hoje e que será decisivo para o futuro da política brasileira: a constitucionalidade ou não das emendas parlamentares tal como existem atualmente. Às vésperas da posse de Lula, em dezembro de 2022, o STF encerrou as chamadas RP9, as emendas do relator do Orçamento – figura que havia desaparecido da política no início dos anos 1990, depois do escândalo dos anões do Orçamento, e que fora reabilitada no governo Bolsonaro. Era justamente aí que residia o chamado Orçamento Secreto, um montante significativo do Orçamento cuja transparência era praticamente inexistente. O STF reconheceu a prática como inconstitucional e tomou uma decisão bastante salomônica: o que ainda havia para ser pago seria pago; para o futuro, a prática não existiria mais.

Porém, a decisão não encerrou as discussões sobre o Orçamento e as emendas parlamentares. O fato é que, desde 2015, as emendas passaram por uma transformação silenciosa e de impacto profundo na forma como a política brasileira se organizava. Naquele ano, as emendas individuais passaram a ser impositivas: o governo ficou obrigado a pagá-las, independentemente do que fosse indicado pelos parlamentares. Na época, no entanto, as evidências disponíveis indicavam que, ao final, o governo acabava tendo controle das emendas, por definir o calendário de execução (quando se paga) e por obrigar que parte das emendas fosse destinada a áreas específicas, como a saúde.

O tempo, no entanto, passou a mostrar o quanto essa mudança atingiu as relações entre os Poderes. Num artigo publicado em 2023, Raul Bonfim, Joyce Luz e Vitor Vasquez (BONFIM, LUZ e VASQUEZ, 2023) discutem as consequências da impositividade, e o resultado é que, com acesso a mais recursos – o valor dessas emendas não para de crescer ano a ano –, fazer parte do governo para ter acesso a verbas passou a ser menos importante. Daí uma das hipóteses que poderiam explicar a cisão do Centrão discutida acima: ficou mais fácil fazer parte da oposição, estar fora do governo.

Mais do que isso: o primeiro grande embate do governo Lula III, ainda em 2023, foi justamente a respeito do Orçamento. O então relator, deputado Danilo Forte, do União Brasil do Ceará, propôs que o calendário de execução das emendas também fosse definido pelo Congresso. Essa mudança daria definitivamente aos parlamentares a chave dessa parcela do Orçamento e tiraria do Executivo uma fatia extremamente significativa dos recursos discricionários (isto é, a parte que o governo pode decidir onde investir). A articulação para manter a prerrogativa do Executivo sobre o calendário custou a derrubada de uma série de vetos que o governo havia apostado a temas de segurança pública. Ao final, o governo optou por entregar os anéis para preservar os dedos.

Hoje, esse processo encontra-se sob a relatoria do ministro Flávio Dino. Uma nova correlação de forças dentro do STF poderia permitir o avanço ou o engavetamento da discussão. Veremos o que virá.

5

MOVIMENTOS SOCIAIS E GUERRILHAS DIGITAIS

No mesmo ano em que a presidente Dilma Rousseff sofreu o processo de impeachment, o PT voltou a ser a principal força do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Havia alguns anos, outros grupos, mais à esquerda e liderados por correntes jovens do PSOL, comandavam o órgão. Há que se dizer que, à época, PSOL e PT tinham uma relação muito menos amistosa do que têm hoje, fosse na política institucional, fosse na política fora das instituições (movimentos sociais, coletivos etc.). Essa aproximação começou com a prisão de Lula e foi se aprofundando até chegarmos à possibilidade de uma federação de esquerda que incluiria ambos os partidos. Mas, há dez anos, isso estava longe de qualquer possibilidade, e PT e PSOL, por meio de suas correntes organizadas de juventude, disputavam o DCE. Com a vitória do PT, um colega me

disse: “agora que o PT está fora do poder, veio disputar a segunda divisão da política”.

A frase, um tanto jocosa, admito, nunca deixou de me suscitar reflexão. E concordo com ela. De fato, ter saído da Presidência da forma como saiu – um golpe institucionalizado – deixou ao PT poucas opções políticas além de voltar a fazer o que sempre fez: movimento social. E, de fato, o PT dos anos pós-impeachment nos parecia muito mais alinhado à estética e aos métodos de um partido fora das disputas parlamentares, fora das instituições do Estado. Até a imagem do Lula sindicalista foi reabilitada, com a barba frondosa e o olhar sério. Tanto a entrevista que o presidente deu enquanto estava preso quanto o discurso feito no momento de sua prisão voltaram a circular nas redes sociais neste segundo turno, e acredito que isso não foi por acaso. Caso Lula perca, o PT terá que voltar a disputar a segunda divisão da política, em especial diante do cenário arrasador das eleições para o Congresso.

Portanto, o que fazer? Iniciei este texto dizendo que ele também englobava uma tomada de posição. E tenho lado nessa disputa: estou do lado da democracia e da justiça social, e não poderia compactuar com um candidato que repudia ambas e se movimenta contra elas. Se Flávio Bolsonaro vencer e garantir, com sua sólida base, a estabilidade institucional que as relações entre Executivo e Legislativo permitiriam, será necessário criticar essa estabilidade. Novamente: que estabilidade é essa, que ameaça a democracia? Se a ameaça a ela, aos direitos dos trabalhadores, das minorias, dos indígenas e do meio ambiente vem das próprias instituições, há que se fazer política fora das instituições. Entretanto, não somos como eles: este apelo não deve ser interpretado como um ataque às instituições democráticas, como o produzido em 8 de janeiro de 2023. Antes, é a certeza de que, para proteger as instituições, teremos, inclusive, que enfrentá-las. A arena para isso já está posta: os movimentos sociais nas ruas e as táticas de guerrilha no mundo digital.

Desde o começo do segundo turno, toda a apatia que pudéssemos estar sentindo foi convertida em movimento: as pessoas (anônimas e famosas) se posicionaram, saíram às ruas de uma forma que não

aconteciam havia muito tempo no campo progressista, e as redes foram dominadas por postagens e interações de esquerda, ocupando um espaço que era, até pouco tempo, o reino solitário da extrema direita. No momento derradeiro, nos organizamos.

Porém, restará para o dia seguinte às eleições uma reflexão sobre esses métodos, tenha Lula ganhado ou não. Os métodos utilizados na campanha digital espelham os utilizados pelo bolsonarismo. Seria esse o caminho certo? Será que o campo progressista não estaria jogando água no moinho da antipolítica? Posts sem reflexão, engajamento sem discussão: seria esse o futuro? Ainda não sabemos o resultado das urnas, mas a esquerda de fato superou a extrema direita nas redes, conforme atestam institutos que medem a quantidade de interações, seguidores e outras métricas. Numa visão otimista, o caminho seria juntar os dois lados da moeda: as ruas, que a esquerda sabe organizar como ninguém, e as redes, que a esquerda está aprendendo a manobrar. Numa visão pessimista, a esquerda pode ter embarcado no caminho sem volta da política despolitizada das redes sociais, dado o resultado estrondoso que esse tipo de organização tem.

Reafirmo, no entanto: independentemente do resultado do segundo turno, é evidente que a esquerda não pode mais se negar a disputar todas as divisões do campeonato da política. Se a divisão institucional é a dos grandes estádios, onde o povo é mais espectador do que jogador, a divisão dos movimentos sociais, ainda que com menos recursos, jogando nas várzeas dos bairros, é onde o povo está. Nem uma nem outra é dispensável. Gosto muito de futebol, e essas analogias me divertem tanto quanto me assombram: estamos perdendo nossos jogadores, que não têm mais subido das várzeas para os grandes times. Talvez nos falem categorias (trabalho) de base. Mas novos craques estão surgindo em todos os lugares: pensem em Jones Manoel e Ana Elisa, em Sâmia, Érika, Elias, Glauber, Renato etc. Bola no chão, que o jogo ainda está longe de acabar – e só acaba quando termina.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016). In: SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (org.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 165-210.
- BONFIM, Raul; LUZ, Joyce Hellen; VASQUEZ, Vitor. Mandatory individual amendments: a change in the pattern of Executive dominance in the Brazilian budgetary and financial cycle. *Brazilian Political Science Review*, v. 17, n. 2, e0001, 2023.
- DAHL, Robert A. Tomada de decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais [1957]. *Revista de Direito Administrativo*, v. 252, p. 25-43, 2009.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HOFSTADTER, Richard. *The idea of a party system: the rise of legitimate opposition in the United States, 1780-1840*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RICCI, Paolo; IZUMI, Mauricio; MOREIRA, Davi. O populismo no Brasil (1985-2019): um velho conceito a partir de uma nova abordagem. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, e3610707, 2021.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

« E N S A I O G E R A L »

1. CAETANO LAGRASTA NETO, *Para interpretar o Brasil — sete ensaios de intervenção*
2. MARINA BOZZETTO, *Entre público e privado — governança e patrimonialismo no reassentamento de Belo Monte*
3. RODNEY DA SILVA AMADOR, *Eleições de 2026 — ensaio de interpretação*
4. ADRIANA ANELI, *Manual de convivência com a inteligência artificial generativa*

S O B R E O A U T O R

RODNEY DA SILVA AMADOR é analista de pesquisa, doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo e professor na pós-graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Integra o Conselho Editorial da coleção Ensaio Geral.



Composto em EB Garamond, corpo 10.5 pt.
ENSAIO GERAL · nº 3 · 2026
coleccionensaiogeral.com.br

Ensaio Geral é a tentativa de retornar o ensaio, a tese, a crítica às ruas e acessibilidade do folheto. Nascida de estudos de pós-graduação, a coleção se dirige ao público em geral, com especial atenção aos estudantes — e mantém um canal aberto à publicação, inclusive de graduandos e pós-graduandos. Na França de 1853, num tabuleiro pendurado ao pescoço retomou-se a distribuição de ensaios de intervenção: textos curtos, escritos para dizer uma coisa só e dizê-la inteira. Aqui o **Ensaio Geral**, a cada número além de recuperar a tradição dos debates à praça, mostram-se com ampla possibilidade democrática: primeiro, da leitura no site da coleção (*coleccionensaiogeral.com.br*); baixados no e-book ou por encomenda em volume impresso.

A **Ensaio Geral** não tem qualquer fim lucrativo: o que se arrecadar além do custo do impresso será doado à Paróquia de São Miguel Arcanjo, do Padre Júlio Lancellotti.

Com a esperança de que a indústria tecnológica desconsidere estes Ensaios e que, de alguma forma eles sobrevivam à destruição de livros, bibliotecas e cultura, esquecendo de nós e nos deixando sobreviver.

O editor

Escrito no calor dos acontecimentos, entre o primeiro e o segundo turno de 2026, este ensaio lê o que as urnas já decidiram: a maior bancada eleita para a Câmara desde a Constituição de 1988, um Senado em que o bolsonarismo teria maioria folgada, um Centrão cindido e punido, um Supremo que desconfia de si mesmo. Rodney Amador revisita as teorias que nos ensinaram a confiar na estabilidade do presidencialismo de coalizão e pergunta se ela ainda é um valor quando o único arranjo estável disponível é antidemocrático. A resposta é uma tomada de posição: se for preciso, abraçar a crise para defender a democracia, nas ruas e nas redes.



colecaoensaiogeral.com.br